



PROCESSO DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL: VANTAGENS E DESVANTAGENS NA INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN

TOLEDO, Raquel Cristina de¹; BIZERRA, João Antonio Veiga²

RESUMO – Este trabalho tem por objetivo apresentar o processo de aprendizagem na educação infantil, abordando as vantagens e desvantagens na inclusão de alunos com síndrome de Down no ambiente escolar. Segundo Mantoan (1992) a inclusão aparece para mostrar que todas as pessoas são diferentes, algo que a escola nem sempre consegue efetivar na realidade do cotidiano. Quando falamos em vantagens, conseguimos destacar várias, já que a inclusão traz vantagens tanto para a criança com síndrome de Down quanto para as outras crianças que interagem com elas. Falando em desvantagens podemos destacar a falta de preparação tanto do ambiente físico quanto do corpo docente. No decorrer do trabalho será feita uma discursiva sobre o tema, abordando as principais vantagens e desvantagens da inclusão e ensino-aprendizagem.

Palavras-chave: Aprendizagem. Educação. Inclusão. Síndrome de Down.

ABSTRACT – This work aims to present the learning process in early childhood education, addressing the advantages and disadvantages of including students with Down syndrome in the school environment. According to Mantoan (1992) inclusion appears to show that all people are different, something that the school is not always able to accomplish in everyday reality. When we talk about advantages, we can highlight several, since inclusion brings advantages both for the child with Down syndrome and for the other children who interact with them. Speaking of disadvantages, we can highlight the lack of preparation of both the physical environment and the faculty. In the course of the work, a discourse on the subject will be made, addressing the main advantages and disadvantages of inclusion and teaching-learning.

Keywords: Learning. Education. Inclusion. Down's syndrome.

¹ Discente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: raquelcristinadetoledo@aluno.faeff.edu.br.

² Docente do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade de Ensino Superior e Formação Integral – FAEF; E-mail: joaobizerra@professor.faeff.edu.br.

1. INTRODUÇÃO

“O senso comum nos faz pensar muito mais na identidade do que na diferença, porque é muito mais fácil. Mas a diferença se apresenta, e você tem que lidar” Maria Montoan (1992).

Este trabalho tem o intuito de abordar situações no contexto escolar sobre a inclusão e a aprendizagem das crianças com Síndrome de Down nas escolas de ensino público regular, como também em outras instituições ensino. É fato que ao longo dos anos as pessoas com algumas deficiências vêm lutando e adquirindo o direito à escolaridade, como também o direito de serem incluídas no mercado de trabalho, conforme determina a Constituição Federal de 1988 no seu Art. 206 § II onde está assegurado a igualdade de condições em qualquer área que os estejam incluídos e o acesso e a permanência na escola.

Muitas vezes as crianças com Síndrome de Down não conseguem acompanhar o ritmo dos outros colegas, causando um retrocesso no desenvolvimento das habilidades sociais, o que pode fazer com que muitos fiquem nervosos e não queiram mais frequentar a unidade escolar, causando o isolamento de alguns.

Assim, um dos focos desta pesquisa está na inclusão escolar da criança com Síndrome de Down, analisando por meio da bibliografia consultada, que apesar das limitações ela é capaz de ingressar nas instituições educacionais, desenvolver suas habilidades e competência, com equidade, para que na vida adulta, possa entrar no mercado de trabalho e de levar uma vida digna como qualquer cidadão considerado “normal”.

2. CONTEÚDO

2.1. O QUE É SÍNDROME DE DOWN?

A Síndrome de Down é o resultado do aumento de material genético do cromossomo 21 que resulta em implicações relacionadas ao desenvolvimento psicomotor, características físicas que os torna parecidos fisicamente e a deficiência intelectual.

De acordo com Cunnigham:

A Síndrome de Down é uma das várias trissomias, que são encontradas em todas as raças de pessoas de todos os países e condições sociais e econômicas. Por volta de um em cada 300 bebês nasce com uma trissomia, mas estima-se que até 1 em cada 5 concepções tenha uma “falha” cromossômica. Atualmente, nasce 1 em cada 1.000 bebês com Síndrome de Down nos países desenvolvidos (...) A trissomia do cromossomo 21, que resulta na Síndrome de Down, é causada por uma não-disjunção durante a divisão celular. Isso ocorre com

mais frequência durante a meiose I na mãe e, assim, exclui muitas das explicações passadas de causas a partir de fatores ambientais. Na verdade, não sabemos o que causa a não-disjunção cromossômica. (CUNNINGHAM, 2008).

Nesse sentido, é necessário ressaltar que com o avanço da idade materna existe uma maior probabilidade de gestar um bebê com alterações cromossômicas como a Síndrome de Down, principalmente acima dos 35 anos de idade. Isso acontece, pois os folículos que darão origem aos óvulos da mulher já nascem com elas, e células mais velhas tem maiores chances de terem erros durante seu processo de divisão, o que pode causar a presença de um cromossomo a mais ou a menos nos óvulos.

As crianças com síndrome de Down apresentam características físicas semelhantes (fenótipo), que podem ser notadas em sua aparência desde o nascimento, porém o mesmo não ocorre em relação ao seu comportamento e ao seu padrão de desenvolvimento.

A Síndrome de Down é uma realidade, conforme Mustacchi & Rozone (1990), considerando que a cada ano nascem, no Brasil, cerca de oito mil (8.000) crianças com Síndrome de Down, o que leva especialistas a calcular que ocorra um caso a cada seiscentos (600) nascimentos.

A parte mais difícil é a aceitação da família, quando nasce um bebê com alguma diferença (que fuja aos padrões) os pais veem diante de si o fim de seus sonhos, de projetos e de um futuro idealizado e que represente a sua continuação.

Levando em consideração as limitações no desenvolvimento das crianças com síndrome de Down, percebe-se que a interação social delas com outras crianças lhes proporciona a oportunidade de se desenvolverem através da socialização com outras crianças e com as intervenções do professor. Sendo assim, percebe-se que as relações sociais são favoráveis tanto para as crianças com síndrome de Down quanto para as demais crianças, devido às múltiplas possibilidades oferecidas pelo convívio social.

É preciso o respeito às necessidades e à subjetividade, promovendo ritmos e ajustamento entre a escola e as crianças com essa síndrome. Nesse sentido, a inclusão vem para auxiliar a proporcionar a seguridade dos direitos e dos deveres propostos pelas Diretrizes Educacionais, que, independentemente das necessidades serem de ordem física ou mental, determinam que seja dever da escola promover momentos de integração e interação.

2.1.1. Características de uma criança com Síndrome de Down.

As crianças com a síndrome de Down apresentam características físicas particulares e específicas. Uma das características mais comuns são: a cabeça é menor quando comparada com as das crianças normais; o rosto apresenta-se com um contorno achatado, decorrente dos ossos faciais pouco desenvolvidos e do nariz pequeno; olhos puxados, pregas epicânticas na parte interna dos olhos; orelhas pequenas; boca pequena com língua demasiadamente grande; as mãos, muitas vezes, apresentam uma única prega palmar e nos pés, o dedo maior é um pouco afastado dos demais; hipotonia muscular (flacidez muscular); baixa estatura.

A parte motora caracteriza-se como uma das primeiras que deve ser desenvolvida nessas crianças, nos dois primeiros anos de vida, envolvendo habilidades conhecidas como levantar a cabeça, rolar, sentar, arrastar-se, engatinhar, andar, entre outras. É uma das partes em que, desde o nascimento, em 59% de ocorrência de uma hipotonia muscular generalizada – uma das principais características da síndrome de Down – existe um certo atraso no desenvolvimento,

gerando uma maior angústia e insegurança nos pais.

É importante destacar que este

[...] desenvolvimento não ocorre isolado da ação do outro com a criança, as situações de aprendizagem são sempre mediadas por atos sociais. É desta maneira que o mundo se apresenta como construtor do indivíduo que a criança virá a ser, criança/adulto vão construindo conjuntamente o mundo para e da criança (COELHO, 1998, apud MACEDO, 2002).

Para Vygotsky (1997b), no que se refere às funções cognitivas, o atraso, necessariamente, não afeta, da mesma forma a todas as crianças. Ressalta que a criança com algum tipo de deficiência não é, simplesmente, menos desenvolvida que a criança normal, mas que é desenvolvida de outro modo. Não são apenas as proporções qualitativas que as diferenciam, mas, sim, a especificidade da estrutura orgânica e psicológica, assim como o tipo de desenvolvimento e de personalidade.

É preciso destacar que o ambiente familiar dessas crianças é, em grande parte, responsável pelo seu desenvolvimento, satisfatório ou não. É a partir do convívio com família que a criança aprender a desenvolver as primeiras habilidades.

Portanto, tais características precisam ser observadas, porém não podem ser impeditivas para que esses sujeitos sejam vistos como seres que

produzem e possuem história e cultura, membros ativos da sociedade.

2.2. O QUE É INCLUSÃO?

A educação inclusiva vem de estudos científicos e de muitas discussões profundas que resultaram em estudos teóricos, os quais contaram com a participação e colaboração de organizações de pessoas com deficiência, pais e educadores no Brasil e no mundo.

De acordo com a Resolução nº. 02 de 11/09/2001, inclusão é definida como:

a garantia do acesso continuado ao espaço comum de vida em sociedade, em uma sociedade orientada por relações de receptividade à diversidade humana e às diferenças individuais, em um esforço de equidade de oportunidades desenvolvimentos, em todas as dimensões de vida.

Os estímulos que uma criança recebe nos primeiros anos de vida vão interferir diretamente na sua trajetória escolar e no seu desenvolvimento futuro. A entrada da criança com Síndrome de Down ou outras deficiências intelectuais na educação infantil regular costuma trazer resultados muito positivos, sobretudo se a instituição está preparada para promover a inclusão.

Crianças com Síndrome de Down que se misturam com seus colegas sem deficiência beneficiam não só a si mesmas,

mas também as outras crianças dessa comunidade. Enquanto aprendem com as crianças de desenvolvimento considerado normal, que servem como exemplos de comportamento e de conquistas apropriadas para cada idade, é possível que elas precisem de ajuda e apoio adicionais.

Grande parte das crianças com Síndrome de Down estará em um estágio de desenvolvimento social e emocional anterior aos de seus colegas devido às dificuldades de aprendizagem. Além disso, é mais difícil para elas absorver convenções de maneira intuitiva. Como consequência, seu entendimento de mundo será menos avançado e seu comportamento pode estar mais equilibrado com o de crianças mais novas.

Os objetivos da inclusão social para a criança pequena com Síndrome de Down proporcionam a interação com outras crianças, desenvolver independência, aprender padrões de comportamento, entre outros benefícios que a criança com Down pode adquirir, desenvolvendo assim, sua autonomia.

Crianças com Síndrome de Down respondem bem a estruturas e rotinas e são capazes de apreendê-las bem. Ensiná-las a rotina e a estrutura dos seus dias com o auxílio de sugestivos recursos visuais fortes e claros, como fotografias e objetos de referência, pode ajudá-las a aprender.

Por esses meios, elas podem entender melhor seu ambiente, aprender o comportamento apropriado para situações e atividades específicas, e prever a próxima atividade. Dificuldades com a compreensão de explicações e instruções verbais também são superadas.

2.2.1. INCLUSÃO DE UMA CRIANÇA COM SÍNDROME DE DOWN.

A educação da criança com Síndrome do Down deve ser planejada com vistas a explorar as suas habilidades. Cabe aos educadores, pais e todos os envolvidos no processo de aprendizagem utilizar de meios que despertem o interesse e favoreçam o desenvolvimento intelectual. Embora cada criança seja única, a deficiência intelectual e as demais dificuldades podem ser superadas com o uso de técnicas específicas,

A Declaração de Salamanca foi elaborada na Conferência Mundial sobre Educação Especial, realizada pela UNESCO, em Salamanca, na Espanha, em 1994, teve com princípio fundamental fornece diretrizes básicas para a formulação e reformas políticas nos sistemas educacionais para atender os cidadãos portadores de deficiência física, mental e motora. Consiste em atender alunos com necessidades especiais no

sistema de ensino regular, afirmando este como um compromisso com a educação para todos os cidadãos.

A Declaração de Salamanca acredita e proclama:

Cada criança tem o direito fundamental à educação, e deve ter a oportunidade de conseguir e manter um nível aceitável de aprendizagem; cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprias; os sistemas de educação devem ser planejados e os programas educativos implementados tendo em vista a vasta diversidade destas características e necessidades; as crianças e jovens com necessidades educativas especiais devem ter acesso às escolas regulares que a elas se devem adequar através duma pedagogia centrada na criança, capaz de ir ao encontro destas necessidades; as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação adequada à maioria das crianças e promove a eficiência, numa óptima relação custo qualidade de todo o sistema educativo (BRASIL, 1994: 8-9).

Para que a inclusão ocorra, é preciso que o sistema de ensino tenha recursos educacionais especiais para atender às necessidades educacionais especiais. SANTOS (2002, p. 30) revela que:

[...] a inclusão se reflete no desenvolvimento de estratégias que procuram proporcionar igualdade de oportunidades. O princípio da escola inclusiva é que todas as crianças aprendam juntas, independente das diferenças que possam ter. As escolas inclusivas devem reconhecer as diversas necessidades dos alunos e dar uma resposta a cada uma delas, assegurando educação de

qualidade a todos, através de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias. Para isso, as crianças com necessidades especiais devem receber os apoios extras que necessitam para que tenham uma educação efetiva. (SANTOS, 2002 apud VOIVODIC, 2008).

Quando falamos sobre uma sala de aula inclusiva que atenda às necessidades educacionais dos educandos, Duk (2006) afirma que são necessárias modificações também na instituição escolar o ambiente da classe e todos os recursos e materiais em que todos têm de direitos de usufruírem. O educador deve aproveitar essas diferenças pois são oportunidades de aperfeiçoamento e favorecimento do método de trabalho pedagógico preocupar com o bem-estar de cada criança pois é um ser humano único em sua individualidade deve ser respeitado e ouvido dando limites e promovendo a participação de todos o professor deve dar atenção a todos e incentivar o com o cooperativismo na sala de aula inclusiva.

O professor e a escola assumem uma característica de extrema importância para garantir o êxito do processo de ensino e aprendizagem, pois, “ao organizar o meio e a vida da criança nesse meio, o pedagogo interfere ativamente nos processos de desenvolvimento dos interesses infantis e age sobre eles da mesma forma que influencia todo o comportamento das crianças” (VIGOTSKI, 2001, p. 163).

A escola deve oportunizar e desenvolver habilidades que vem ao encontro principalmente dos educandos que apresentam maiores dificuldades de aprendizagem, segundo Vygotsky (1994, p. 107):

A Escola Inclusiva pode oferecer respostas a todos os desafios apresentados no processo de ensino aprendizagem dos alunos matriculados independentemente se apresenta ou não deficiência.

2.2.3. O PROCESSO DE APRENDIZAGEM COM CRIANÇAS COM SÍNDROME DE DOWN.

Grande parte das crianças com Síndrome de Down precisará de apoio adicional nos seus primeiros anos escolares, embora isso possa não significar a provisão de uma equipe extra. Todo membro participante dos contextos da criança deve estar familiarizado com as necessidades da criança e ser capaz de trabalhar bem com ela.

Crianças com Síndrome de Down têm uma memória auditiva de curto prazo, o que dificulta o acompanhamento de instruções faladas. Se elas envolvem múltiplas informações ou orientações consecutivas, essa dificuldade pode ser minimizada caso as instruções sejam acompanhadas por gestos ou figuras que se

refiram às instruções dadas (BISSOTO, 2005).

Concretiza-se que a aprendizagem acontece passo a passo, e conforme é o seu avanço que vai sendo descobertos os problemas afetados pelo desempenho de cada um. A dificuldade existe, principalmente para aqueles que possuem necessidades educativas especiais, mas com o decorrer do ensino essa dificuldade vai se quebrando e tudo vai ficando mais fácil

De acordo com Duk (2006), o objetivo do processo de ensino e aprendizagem é fazer com que o educando compreenda o enunciado e tenha autonomia para pôr em prática o aprendizado que já traz consigo a situações novas com a mediação do professor e dinâmicas a participação de todos os educandos é muito importante coletando dados favorecendo a aprendizagem significativa criando novos conceitos e organizando o conhecimento sempre valorizando suas vivências fazendo o aluno um parceiro ativo do professor.

É necessário compreender e dominar os conteúdos usando todos os recursos disponíveis fazer planejamentos flexíveis para alcançar o objetivo que é ensinar e aprender ainda o mesmo autor defende a ideia das práticas que são favorecedoras para o aluno com

necessidades educacionais especiais aprender a facilitar a transformação dos saberes através das experiências já vividas acrescentando um novo conhecimento. É papel do sistema escolar facilitar a construção de estratégias com esquemas variados organizando as aulas de acordo com a clientela permitindo que esses alunos encontrem sentido nas atividades sempre planejando com recursos e meios para ampliar a aprendizagem, a flexibilização curricular como ferramenta para atender os estímulos de aprendizagem (DUK, 2006).

O mesmo autor afirma que a flexibilização deve levar em conta o currículo série idade cronológica e adaptação semelhante à ideia de oferecer o de diferenciado para o aluno deve oferecer a todos o trabalho e se perceber que o aluno não consegue acompanhar a sala deve tomar decisões para atender essas necessidades educacionais especiais flexibilizando em resposta a essa dificuldade.

Deve fazer uma programação específica para o educando quando se faz ajuste com atividades específicas e partir do que o aluno já sabe para promover a aprendizagem compatível com o que se propõe no currículo. O material de apoio e sistemas de comunicação complementar alternativa e estratégica são favorecedoras

para que o processo de aprendizagem aconteça, em uma sala de aula com inclusão os objetivos e conteúdos podem ser adaptados de várias formas sempre priorizando os objetivos, fazer exigências criando regras passo a passo modificando e ampliando o tempo para que os objetivos sejam alcançados podem acrescentar ou eliminar conteúdos e objetivos mas sempre respeitando o projeto político pedagógico e o currículo (DUK, 2006).

O AEE é direito garantido aos alunos com deficiência, no entanto, sabemos que grande parte das escolas ainda não dispõe do serviço. Trata-se de uma obrigação do poder público e se a instituição é particular, é preciso exigir o atendimento educacional especializado junto à própria gestão da unidade preferencialmente no contraturno escolar.

Conforme Ferraz (2012), o ensino em aprendizagem colaborativa e estimula a reflexão crítica surgem novas ideias ajudando o professor a criar ferramentas para dar suporte e melhores condições de aprendizagem para as crianças com deficiência, dividir responsabilidades, e compartilhar com a equipe escolar buscando informações que ajudem na compreensão das necessidades educacionais especiais dos alunos através das práticas pedagógicas e sociais. contudo essa modalidade de ensino

contribui para a educação de todos sem preconceitos dando apoio para o convívio perante as diferenças individuais com aprendizagem mútua levando-os para a prática da cidadania.

2.3. ADAPTAÇÃO CURRICULAR.

A adaptação curricular é uma modificação do planejamento, objetivos, atividades e formas de avaliação, no currículo como um todo ou em aspectos dele, de forma a acomodar todos os alunos (GLAT e OLIVERIA, 2012).

Adaptar o currículo ou adaptar as atividades não é exclusão, pelo contrário, é criar a possibilidade de o aluno aprender, mesmo que seja de uma forma diferente. Tanto a adaptação de atividades quanto a adaptação curricular exigem atitudes inclusivas, habilidades técnicas, estratégia e principalmente, atenção máxima ao aluno. Só assim teremos uma escola onde todos podem aprender.

As adaptações curriculares propostas pelo MEC/SEF/SEESP para a educação especial visam promover o desenvolvimento e a aprendizagem dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais, tendo como referência a elaboração do projeto pedagógico e a implementação de práticas inclusivas no sistema escolar. Baseiam-se nos seguintes aspectos: Uma atitude

favorável da escola para diversificar e flexibilizar o processo de ensino-aprendizagem, de modo a atender às diferenças individuais dos alunos; A identificação das necessidades educacionais especiais para justificar a priorização de recursos e meios favoráveis à sua educação; A adoção de currículos abertos e propostas curriculares diversificadas, em lugar de uma concepção uniforme e homogeneizadora de currículos; Criar possibilidade de incluir professores especializados, serviços de apoio e outros não convencionais, para favorecer o processo educacional.

Segundo Canetti (2002), ao refletirmos sobre situações de aprendizagem, observamos inúmeras maneiras de aprendermos usando habilidades, competências e recursos para que todo o processo de ensino e aprendizagem seja assimilado. Todo ser humano aprende resolvendo um problema de várias formas até chegar a uma resposta e se relacionando com o meio em que vive.

Ainda seguem orientações do mesmo autor quanto à tentativa e erro para aprender. Para aprender é preciso muita reflexão ao levantar suposições e é comum indivíduo errar pois envolve a maneira de raciocinar que precisa ser debatida ao ensinar e aprender nota-se que não há um só erro, mas diferentes concepções nas

respostas das crianças pois cada uma tem sua individualidade de pensar.

Os erros dão possibilidade para ampliar a aprendizagem através da mediação do professor (CANETTI, 2002).

O mesmo autor afirma que a escola tem seu papel de destaque em relação à educação das crianças onde acontecem processos de aprendizagem que favoreçam o desenvolvimento cognitivo de todas elas.

Os autores Souza e Kramer (2002) relatam sobre informações de Piaget (1896 – 1980), que um indivíduo aprende quando compreende a maneira que foi construído conhecimento, ou seja, ao reconstruir o conhecimento e estimulando o raciocínio e experimentando ações que desafiam o raciocínio levantando hipóteses e entrando em conflito para que ocorra a verdadeira aprendizagem.

Ainda os mesmos autores de acordo com pensamentos de Piaget de cerca de que por meio de uma abordagem construtivista a criança é o centro principal como papel ativo para aquisição dos saberes e o professor como figura essencial desafiando causando conflitos e hipóteses instigando dando oportunidades concretas que leva a construção do conhecimento.

Segundo Vigotsky, o processo de aprender começa fora da escola por meio de experiências individuais e interações com a sociedade acredita-se que todo o

aprendizado constrói algo de novo no desenvolvimento do indivíduo mentalmente e ocorrem ações de aprendizagem que não aconteceriam espontaneamente, por isso ele afirma que “O bom aprendizado é somente aquele que se adianta do desenvolvimento” (SOUZA, KRAMER, 2002, p. 72-73).

Embora isso possa significar que, em alguns casos, a criança com Síndrome de Down estará trabalhando num nível muito diferente, não quer dizer que o assunto ou tópico que ela esteja trabalhando seja diferente do dos demais colegas. Com planejamento e o apoio do professor ajudante isso pode ser alcançado com sucesso em muitos casos.

2.3.1. O PAPEL DO PROFESSOR.

Segundo Mantoan (2006) os relatos mais frequentes dos professores quanto a inclusão não são de não terem formação adequada para atuarem nessa modalidade pois estão acostumados com uma educação fragmentada e com princípios Instrucionais para os educadores a formação é só mais um curso de extensão ou de especialização para a obtenção de um certificado.

A mesma autora disserta que essa maneira do professor ver o ensino inclusivo muda o contexto e o objetivo das ações para a concretização da escola

inclusiva, precisa ser investigar na formação de professores qualificando os e tomar cuidado de como profissionalizar e melhorar os conceitos pedagógicos fazendo reagirem positivamente às mudanças de paradigma educacional.

Alves (2011) deixa claro que a formação inicial de professores sobre a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais deve ser motivada para que todos os níveis escolares reflitam e aprofundando nos conhecimentos dando ajustes nos currículos.

O empenho e o carinho da família representam o primeiro passo para inclusão de uma pessoa portadora de necessidades especiais. Sem o apoio da família não há autoestima e sem autoestima os obstáculos podem parecer insuportáveis.

Mantoan (2006) Afirma que deve ser uma proposta de trabalho na perspectiva de ensinar tudo a todos sempre valorizando a diversidade e o cotidiano em sua individualidade a preparação desses educadores não foi bem planejada pelos órgãos públicos esse motivo colocam a disciplina de educação inclusiva nos cursos de formação de educadores e profissionais como psicologia fisioterapia terapia educacional, deixando de criar habilitação específica nos cursos de pedagogia.

O educador deve entender a diversidade integrando o aluno sem

discriminação a criatividade em sala de aula é fundamental para a produtividade em atividades que partam da vivência diária dando oportunidade desse aluno ver que pode contribuir para melhorar seu contexto social apesar de as suas limitações (ALVES, 2011).

A didática adotada deve ajudar o professor a ensinar o mesmo conteúdo de diferentes formas sempre ouvindo o educando criticar pode prejudicar o andamento da aula, mas favorecer a crítica construtiva de cada aluno.

Goffredo (1999), destaca que a própria diversidade transforma a instituição escolar em uma área de investigação fértil e com profissionais dedicados com essas ações tem diante de si um campo imenso para experimentar ações, onde o currículo é assumido. é fundamental importância a formação dos professores para atender sensibilizando e incentivando todas as crianças a desenvolver suas potencialidades em situações reais e concretas.

Com a mudança de paradigma as possibilidades de apoio pedagógico e estabilizado aos alunos tornam-se eficazes dando suporte aos professores para melhoria da prática e tornando efetivo o aprendizado dos mesmos vale ressaltar que entender conceitualmente a deficiência do aluno é compreender que a avaliação

deste aluno é importante construir um roteiro para descobrir quais habilidades e capacidades para ser possível a adequação, dê flexibilização adaptação curricular e fazer com os professores tenham em mãos materiais didáticos com orientações de práticas de ensino que levam em conta que todos são diferentes dando oportunidades para adaptarem atividades conteúdos e propostas curriculares (GOFFREDO, 1999).

A respeito da educação, realmente se considera complexa e em se tratar de lidar com a criança com Síndrome de Down, será grande desafio para o professor, principalmente para os professores que não tiveram nenhuma especialização para trabalharem com essa criança com Down junto às demais consideradas normais.

Além do acompanhamento do professor da sala de aula regular, o aluno com síndrome de Down irá precisar passar sobre os cuidados de uma variedade de profissionais e a equipe precisará trabalhar de maneira próxima a eles para garantir os melhores efeitos.

Terapeutas de fala e linguagem (fonoaudiólogos) que irão trabalhar, se possível, pois é o ideal, com a criança no seu ambiente e ajudar você a modificar a sua prática para ir de encontro às necessidades da criança. Fisioterapeutas ou

terapeutas ocupacionais que devem poder aconselhá-lo na sua postura ao se sentar, em atividades físicas e coordenação mão-olho. Pediatras, médicos da escola ou médicos da família que podem estar monitorando problemas de coração, audição, visão, uso do banheiro ou outras dificuldades físicas. Psicólogos clínicos ou enfermeiras, que podem trabalhar com a família para reduzir problemas de comportamento que aparecem em casa. Psicólogos educacionais, que podem estar avaliando a criança como parte do processo de avaliação formal para uma Declaração de Necessidade de Educação Especial. Assistentes, coordenadores de educação com necessidades especiais, professores conselheiros da pré-escola, que podem aconselhar no planejamento do currículo, o estabelecimento de alvos, recursos etc.

Com todo apoio e acompanhamento, a criança conseguirá desenvolver todas as habilidades e competências, se tornando um adulto independente e autônomo, capaz de realizar todos os tipos de atividades que desejar.

2.3.2. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA INCLUSÃO.

A inclusão dos portadores de Síndrome de Down tem se configurado como um processo complexo, pois o trabalho pedagógico a ser desempenhado exigirá do professor mais formação, para conhecer as especificidades necessárias à organização do processo de ensino-aprendizagem que possibilite atender as necessidades educacionais de cada aluno, respeitando suas particularidades.

Muito se discute sobre a vantagem e desvantagem da inclusão de crianças com síndrome de Down em uma escola regular. Com o desenvolvimento do trabalho podemos concluir que crianças com síndrome de Down que estudam com colegas sem deficiência beneficiam não só a si mesmas, mas também aos outros alunos da escola

O convívio com crianças de desenvolvimento considerado normal é muito importante para as crianças com síndrome de Down. Os colegas servem como exemplos de comportamentos e de conquistas apropriadas para a sua idade, contribuindo para o seu desenvolvimento social e emocional.

O aprendizado e o desenvolvimento da capacidade de se relacionar dependem, entre outras coisas, de oportunidades de interação com crianças da mesma idade ou de idades diferentes em situações diversas. Cabe ao professor promover atividades

individuais ou em grupo, respeitando as diferenças e estimulando a troca entre as crianças.

Por outro lado, para os alunos com deficiência, a escola parece não contemplar sua integralidade, ainda se vive numa perspectiva integracionista na qual basta à criança estar na escola. São comuns situações nas quais estes são considerados incapazes ou os docentes se conformarem com a falta de recursos para o processo de ensino aprendizagem.

No entanto, os professores precisam estar conscientes de sua importância e da função que desempenham, no caso de terem um aluno com Síndrome de Down, pois a falta de preparo dos profissionais também influencia, a receber alunos com deficiência. A falta de estrutura física do ambiente escolar ou a falta de materiais para auxiliar o aluno com síndrome de Down também influencia muito essa inclusão, pois se não tem preparo a inclusão acaba se tornando uma realização distante.

Apesar de todas as dificuldades enfrentadas para superar a falta de inclusão, a experiência brasileira mostra que é possível promover a inclusão de alunos com síndrome de Down. Pode ser que elas precisem de algum tipo de ajuda adicional, mas isto não é uma necessidade apenas das crianças com deficiência.

Muitas crianças apresentam perfis de aprendizagem que demandam algum grau de apoio.

3. CONCLUSÃO

No momento existe uma grande preocupação no meio educacional, pois evidencia-se uma certa carência em relação a especialistas, pessoas que se sintam capazes de realizar o trabalho de inclusão, pois só assim a criança portadora de Síndrome de Down terá uma aprendizagem mais assertiva, que respeite a singularidade da pessoa e que seja respeitada como ser humano.

A inclusão da criança com Síndrome de Down na rede de regular de ensino vem se demonstrando benéfica, porém há ainda muitos desafios à serem superados, os quais demandam tempo e compromisso para que se efetivem, e maior conhecimento e envolvimento da Gestão Escolar e Políticas Públicas de Inclusão. Qualquer atitude positiva e inclusiva é um fator de sucesso e promoção da cidadania.

Vale ressaltar que a escola e a família constituem ambientes que podem proporcionar o desenvolvimento humano e, em especial, de educandos que apresentam alguma deficiência. A partir da relação família e escola, esses terão maiores e melhores condições para se desenvolver, visto que essa relação proporcionará trocas

significativas e enriquecedoras, no que diz respeito a conhecimentos, valores e crenças, tornando a aprendizagem mais efetiva e significativa.

No decorrer do trabalho percebemos que inclusão da criança com Síndrome de Down não é apenas ocupar um espaço na sala de aula, mas é possibilidade que esse aluno tenha estimulação na aprendizagem e através de atividades compatíveis adaptadas, socializando com seus colegas de sala de aula, e o professor mediando de forma assertiva a necessidade especial para o desenvolvimento dos alunos.

Por fim, precisamos entender que a inclusão de pessoas com Down no ambiente escolar é essencial, tanto para a criança com Down quanto para os colegas da classe regular. Ter uma sociedade mais inclusiva para essas pessoas torna a vivência mais fácil e prazerosa, pois elas são capazes de aprender e ser o que quiserem.

5. REFERÊNCIAS

ALVES, F.: Para entender síndrome de Down. Rio de Janeiro, 2ed. Wak Editora, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 14724**: Informação e documentação - Trabalhos Acadêmicos – Apresentação. Rio de Janeiro, 2011. 11p.

BISSOTO, Maria Luíza. Desenvolvimento cognitivo e o processo de aprendizagem do

portador de síndrome de Down: revendo concepções e perspectivas educacionais.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política

BUENO, J. G. S. Inclusão/exclusão escolar e desigualdades sociais 2006.

CANETTI, E.; A Língua Absolvida: História de uma Juventude: V. Ofício de professor S.P. Editora Abril, 2002 p. 47-71

CUNHA, A. E.; Práticas Pedagógicas para inclusão e diversidade 2ed.; Rio de Janeiro. Wak editora, 2012

CUNNINGHAM, Cliff. Síndrome de Down- Uma Introdução para pais e cuidadores. São Paulo. Artmed, 3º edição, 2008.

DUK, C. Educação na diversidade: material de formação docente. 3. d. Brasília: MEC, SEESP, 2006. Secretaria de Educação Especial.

FERRAZ, G.M. Contexto histórico e educacional da pessoa com deficiência no Brasil e no estado de São Paulo. Secretaria da Educação. Deficiência intelectual. Realidade em ação. São Paulo, 2012 p.99 -114.

GOFFREDO, V.L.F.S. A escola como espaço inclusivo. Educação Especial: Tendências atuais ministério da Educação, SEED, 1999.

LEMOS, C.T.G. Uma abordagem sócio-construtivista da aquisição da linguagem: um percurso e muitas questões. In: ENCONTRO SOBRE AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM, 1, 1989. Anais. Porto Alegre: PUC. 1989, p.61-79.

MACHADO, A.C.; CAPELLINI, S.A. Dados preliminares de um programa de intervenção para compreensão leitora por meio da técnica de Cloze. Rev. Psicopedagogia 2016;33(101):144-153. Disponível em: <http://www.revistapsicopedagogia.com.br/detalhes/484/dados-preliminares-de-um-programa-de-intervencao-para-compreensao-leitora-por-meio-da-tecnica-de-cloze>>. Acesso em: 01 out. 2022.

MANTOAN, M.T.E. Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer? 2.ed. São Paulo:

Moderna, 2006. (Cotidiano Escolar: ação docente).

MUSTACCHI, Z & ROZONE, G- Síndrome de Down- aspectos clínicos e odontológicos. Cid Edit; São Paulo, 1990.

Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília, DF, 2008.

NEVES, Márcia Maria Silva. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP), 2007.

SOUZA S.J. KRAMERS, S. As abordagens de Piaget v. ofício de professor S.P. Editor Abril, 2000 p. 72- 73.

THIOLLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

TONINI, A.; MARTINS, A. P. L.; COSTAS, F. A. T. Dificuldades de aprendizagem específicas: uma análise entre Brasil e Portugal. Revista de Educação Especial e Reabilitação, Lisboa, v. 18, p. 9-43, 2012.

VOIVODIC, M. A. Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down. 5ªed.Petrópolis: Vozes, 2008.